



4141 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT12 - Currículo

DIVERSIDADE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR À LUZ DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Eliane Fernandes Gadelha Alves - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Dorivaldo Alves Salustiano - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Mirtes Aparecida Almeida Sousa - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Resumo

Estamos sujeitos à políticas educacionais orientadas por um receituário proposto por organismos internacionais que regulam os rumos da educação no Brasil. Neste trabalho bibliográfico refletimos sobre os significados da diversidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à luz desses organismos. Compreendemos que as concepções desses organismos reverberam em nossas políticas educacionais, a exemplo da BNCC, que traz em seu bojo a ideia universalista e apaziguadora de diversidade.

Palavras-chave: BNCC - diversidade - organismos internacionais.

DIVERSIDADE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR À LUZ DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Resumo

Estamos sujeitos à políticas educacionais orientadas por um receituário proposto por organismos internacionais que regulam os rumos da educação no Brasil. Neste trabalho bibliográfico refletimos sobre os significados da diversidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à luz desses organismos. Compreendemos que as concepções desses organismos reverberam em nossas políticas educacionais, a exemplo da BNCC, que traz em seu bojo a ideia universalista e apaziguadora de diversidade.

Palavras-chave: BNCC - diversidade - organismos internacionais.

Introdução

O presente trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, desenvolvida num mestrado acadêmico em educação, na qual investigamos a compreensão de diversidade na BNCC, anos iniciais do ensino fundamental.

A partir dos anos 1980 e 1990 a discussão sobre diversidade tomou uma abrangência maior por meio dos movimentos sociais que lutaram por visibilidade no cenário político e nas políticas públicas. Por outro lado, organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), buscam responder à demanda da diversidade na perspectiva da conciliação dos conflitos, levando ao âmbito educacional projetos de cultura de paz nas escolas, da não violência, de acolhimento às diferenças, "afirmando que o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais" (UNESCO, 2002, p. 1).

O texto final da BNCC referente à educação infantil e ao ensino fundamental, aprovado em 20 de dezembro de 2017 constitui, atualmente, documento central nos estudos das políticas educacionais brasileiras, com importantes repercussões a nível nacional, especialmente na construção e/ou reelaboração dos currículos escolares, na prática educativa e nas políticas de avaliação e formação docentes.

Tendo em vista a história de luta dos sujeitos coletivos que reivindicam a diversidade enquanto afirmação e reconhecimento de suas diferenças, e considerando o currículo como "espaço onde se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político" e que é por meio dele que "os distintos grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social e suas verdades" (SILVA, 2003, p. 10), nos propusemos como questão-problema compreender: qual o lugar e os significados da diversidade na BNCC? Configura-se, neste contexto, a pertinência e a relevância de estudar as concepções de diversidade na BNCC.

A influência dos organismos internacionais na política educacional brasileira: implicações para a noção de diversidade na BNCC

Criada em 1945, num cenário de pós-guerra marcado por grandes conflitos e desigualdades, a Organização das Nações Unidas (ONU), foi investida de um papel conciliatório, cuja principal função seria a promoção da paz e solidariedade entre as nações. Este apelo, se constitui, retoricamente, em torno do respeito e tolerância às diferenças, e se faz presente em seus documentos oficiais e de outros organismos internacionais. Nesse mesmo sentido, sustentando a possibilidade do diálogo entre as diferentes culturas, documentos orientadores da organização curricular brasileira, a exemplo da BNCC, objetivam

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humano, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017, p. 7,8).

Entretanto, “a retórica centrada na solidariedade e cooperação internacionais, de fato, oculta as reais determinações do processo de acumulação global capitalista, cuja reprodução exige, no limite, a mais acirrada competitividade”. (RABELO, GIMENEZ, SEGUNDO, 2015, p. 25).

A forma como a diversidade tem sido evidenciada na agenda política e nos organismos internacionais que induzem políticas públicas, a exemplo da UNESCO, propõem projetos de inclusão numa abordagem celebratória da diversidade, em que palavras de ordem como **tolerância, empatia, acolhimento** são frequentes nos documentos produzidos por esses organismos. Entretanto, se estabelece uma grande contradição, uma vez que esses organismos, sob a liderança do Banco Mundial - BM, representam os interesses da elite e dos grandes grupos empresariais internacionais.

O Banco Mundial como agência de regulação, gerencia, controla e impõe um receituário, um modelo educacional que coaduna-se com as demandas do capital, a partir de um discurso, aparentemente, inofensivo de universalização da educação e redução das desigualdades, como o Movimento de Educação para Todos. Rabelo, Jimenez e Segundo (2015, p.9) enfatizam com muita propriedade que

O Movimento de Educação Para Todos cumpre importante função no contexto do capital contemporâneo, definindo princípios, diretrizes e concepções de educação em âmbito mundial, centrados na mercantilização do complexo educacional. Na promoção desse Programa de Educação para Todos, o capital reforça o empresariamento da educação, com desdobramentos sobre as reformas educacionais nos países periféricos.

Os organismos internacionais traçam estratégias econômicas, tornando os países periféricos dependentes financeiramente do BM, uma vez que para o alcance das metas estabelecidas exige-se recursos financeiros, empréstimos às agências financiadoras e reformas nas políticas educacionais em consonância ao modelo arquitetado por tais organismos, a fim de atender às demandas do mercado. Esses organismos, portanto, representam os principais influenciadores externos de políticas educacionais cujos destinatários são os países periféricos e em desenvolvimento, incluindo o Brasil. As políticas educacionais negociadas por grupos hegemônicos, em reuniões de cúpula orientam os rumos educacionais nesses países determinando leis, reformas e currículos.

Demandam políticas de inclusão, no entanto atendem ao sistema capitalista de produção, enfatizando em seus discursos a tolerância, a cultura de paz, o diálogo entre os povos, com o fim último de apaziguamento das diferenças e ocultação das desigualdades.

Metodologia

A metodologia do nosso estudo envolve análise bibliográfica de publicações voltadas à abordagem da diversidade e análise documental do texto final da BNCC. (MOREIRA; CALEFFE, 2008). Deste modo, fizemos um levantamento de diversos artigos publicados por entidades de classe como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), a fim de fazer um mapeamento de como essas produções discutem a diversidade na BNCC. (ANPED, 2015; ANPAE, 2015, ANFOPE, 2017).

Nesse mesmo viés, realizamos uma análise da BNCC, mapeando os aspectos centrais que tratam da abordagem da diversidade, a partir do capítulo introdutório, centralizando os enfoques constantes nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse mapeamento buscamos, a partir da “leitura flutuante” (BARDIN, 2016), analisar os significados da diversidade presente no documento. (BRASIL, 2017).

Resultados

A BNCC constitui-se de um documento de “caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. [...] Trata-se, portanto, de maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que [todos]os estudantes devem aprender, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los. (BRASIL, 2017, p. 7;12). Esse caráter normativo evidencia que a política nacional proposta pela BNCC impõe uma padronização curricular, determinando tanto os conhecimentos quanto a forma de aprendê-los.

Ao expressar uma compreensão celebratória da diversidade, com ideias universalistas e apaziguadoras, a BNCC representa os interesses da elite e do modo capitalista de produção, estabelecendo forte alinhamento aos pressupostos defendidos pelos organismos internacionais, a exemplo da UNESCO que ao sustentar o “reconhecimento e o respeito [ao pluralismo cultural], à igualdade de direitos e à dignidade, tem a compreensão de que isso constitui “como um fator de paz e de compreensão entre as nações (UNESCO, 1997, p.11).

Nesse sentido, concordamos com Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011, p. 93), quando nos advertem que,

A diversidade, portanto, tem se caracterizado como uma política universalista de maneira a contemplar o todo, todas as formas culturais, todas as culturas, como se pudessem ser dialogadas, trocadas, a diversidade é, portanto, o campo esvaziado da diferença.

Essa afirmação mostra-se pertinente porque cada cultura tem suas especificidades e subjetividades, e nesse caso, há diferenças que são irreconciliáveis. De modo que a tentativa de conciliar todas as culturas pode resultar, intencionalmente, no escamoteamento e subjugamento de uma cultura sobre outra. A compreensão da diversidade numa visão celebratória, permite o mascaramento das desigualdades e o apaziguamento das diferenças, perspectivas coerentes com os interesses dos grupos dominantes.

Essa prescrição tem sido seguida por programas, projetos escolares, diretrizes, no sentido de cumprir os requisitos sustentados a partir de uma ótica globalizante, e, sobretudo, responder às exigências e demandas dos organismos internacionais no cumprimento de uma agenda pré-definida em reuniões de cúpula, negociações e acordos, como os ocorridos na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jontién, no ano de 1990 e no Fórum Mundial de Dacar em 2000, cuja liderança estava a cargo do Banco Mundial.

É importante enfatizar que essa forma de olhar os sujeitos diversos, muito presente no âmbito escolar, advinda de um discurso estabelecido a partir dos próprios documentos oficiais, não tem reduzido atitudes discriminatórias e excludentes. Assim, apesar da expressão de diversidade presente no contexto escolar, insistimos em formular e implementar currículos padronizados que não levam em conta essa diversidade de sujeitos, a exemplo da BNCC. Concordamos com Dorziat (2007, p. 54) quando sustenta que

A retórica de aceitação dos outros não tem conseguido promover movimentos pedagógicos em que as formas de trabalho escolar se debrucem sobre o aluno real, por meio de uma ação dialógica, pelo contrário, os currículos escolares estão semeados pela ideia de um aluno único, abstrato, mesmo quando trata de pluralidade cultural.

Isso decorre, dentre outras questões, do fato de que, apesar da base insistir na retórica do respeito, acolhimento, reconhecimento, valorização das diferenças, o que realmente nos parece fundante na BNCC são os conhecimentos universais e uniformes, o domínio de competências e habilidades desconsiderando as singularidades dos sujeitos. Há uma dissonância entre o que está sendo dito e o que, efetivamente, se propõe realizar.

Conclusões

A BNCC não é um documento sem intencionalidades, pois não há neutralidade na questão curricular, pelo contrário há fatores determinantes advindos dos organismos internacionais que norteiam a seleção dos conteúdos e que se traduzem nas ações, nas práticas educativas, nas metodologias e no lugar que cada sujeito ocupará no processo educativo. Nesse sentido, o currículo é compreendido como um instrumento de poder, repleto de intenções e interesses, que legitima uma determinada concepção de escola, de conhecimento, de ser humano e de sociedade.

A concepção universalista e apaziguadora da diversidade presente na BNCC - anos iniciais do ensino fundamental expressa a forte influência dos organismos internacionais na política educacional do Brasil. Percebemos que tais organismos exercem um grande poder na formulação dos documentos oficiais que são normativos para a construção dos currículos das escolas brasileiras. Além disso, a compreensão celebratória da diversidade defendida pelos organismos internacionais reverberam em nossas políticas educacionais.

Ao se referir as aprendizagens essenciais, podemos pressupor que o documento faz uma diferenciação entre os conhecimentos, estabelecendo hierarquias. Partindo disso, os estudos evidenciam que a BNCC valoriza o conhecimento universal, cuja ênfase encontra-se nesses conteúdos "essenciais", em detrimento dos conhecimentos diversos. Em decorrência desta situação, as temáticas que envolvem a diversidade ficam à margem do currículo e pode ser considerada um saber menos importante ou de menor validade.

Assim, a retórica do respeito, reconhecimento e acolhimento da diversidade contradiz com os pressupostos de uma política curricular de caráter universal e padronizado.

Referências:

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea**. Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, Departamento de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.2. p.85-97.

ANFOPE. **Repúdio ao processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC e a sua implementação**, 2017.

ANPAE. **Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2015.

ANPED. **A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br./site/base/>. Acesso em: 26 de março

de 2018.

DORZIAT, Ana. **Implicações da globalização na política de inclusão escolar**: reflexões para além de inclusão enquanto inserção física. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.18/19, n.1/2, p. 88-113, jan.-dez. 2009/2010.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

RABELO, Jackline; JIMENEZ, Suzana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris: UNESCO. 2002.

UNESCO. **Planejamento de médio prazo, 1977-1982**. Paris: UNESCO. 1997.